



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 411/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 2411/2013 - 02 volumes.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários – SEHAF.
- 4- **Exercício:** 2012.
- 5- **Responsável:** Sr. Valtair Cruz Obando, Secretário da SEHAF, à época.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/MA – Laudo Técnico Conclusivo nº 21/2014 (fls. 197/200).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2675/2014-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 201/205).
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários – SEHAF. Exercício 2012.

*Contas Irregulares. Multas. Glosa. Prazo.  
Instauração de Cobrança Executiva.  
Recomendação à origem.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual da **Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários** do Município de Manaus, exercício de 2012, sob a responsabilidade do Sr. **Valtair Cruz Obando**, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, arts. 1º, II, 2º, I e 22, III, “b” da Lei nº 2.423/96 c/c art. 11, III, “a” e “c” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/02-TCE;

**9.2- Aplicar multa** no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos) ao Sr. **Valtair Cruz Obando**, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, III, da Lei nº 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, V da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), por atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificado dano ao erário (item 7 do Relatório/Voto);

**9.3- Aplicar multa** no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) ao Sr. **Valtair Cruz Obando**, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, (itens 1 a 6 e 8, do Relatório/Voto)

**9.4- Determinar a glosa** no valor total de **R\$ 2.078,19** (dois mil, setenta e oito reais e dezenove centavos), em função das glosas especificadas no Laudo Técnico Conclusivo n. 21/2014-DICAD-MA de fls. 197/200;

Diário Eletrônico do TCE/AM,  
Edição Nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 411/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.5- Fixar prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento aos cofres públicos do valor da pena pecuniária imposta, com comprovação perante este Tribunal. Expirado o prazo, **autorizar** desde já a instauração de **cobrança executiva**, no caso de não-recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução n. 04/02-TCE;

**9.5- Recomendar a Origem:**

**9.5.1-** Que seja observado o prazo de recolhimento das guias da Previdência Social GPS, dos encargos sociais retidos da remuneração dos servidores e agentes políticos da entidade, até o dia 20 do mês seguinte a que se referem às remunerações, conforme determina a alínea “b”, do art. 216, do Decreto n. 3048/99-INSS, evitando assim prejuízos para a municipalidade com pagamentos de multa e juros pelos atrasos ocorridos;

**9.5.2-** O cumprimento da Lei n. 8.666/93, principalmente quando da adesão à Ata de Registro de preços, proceda pesquisa de preços a fim de comprovar a vantagem da adesão;

**9.5.3-** O cumprimento do Decreto n. 0203 de 07 de julho de 2009, que estabelece as normas para o Registro de ponto biométrico da Prefeitura de Manaus.

**10- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 04 de maio de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral